



Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Ativo	Em Reais	
		2017	2016
Circulante		214.300.457,78	175.725.410,56
Disponibilidades (Nota 3)		1.883.879,76	1.290.028,29
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)		38.463.597,09	59.838.338,28
Carteira Própria		7.714.978,33	51.830.140,13
Vinculados à Prestação de Garantias		30.748.618,76	8.008.198,15
Relações Interfinanceiras (Nota 5)		34.049.194,34	3.067.752,86
Centralização Financeira		34.049.194,34	3.067.752,86
Operações de Crédito (Nota 6)		137.697.172,94	110.018.467,29
Operações de Crédito - Setor Privado		141.471.064,41	115.700.302,04
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.773.891,47)	(5.681.834,75)
Outros Créditos (Nota 7)		725.682,68	965.114,75
Avais e Fianças		1.206.754,72	112.417,25
Rendas a Receber		414.379,94	233.757,40
Diversos		332.591,45	745.095,03
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.228.043,43)	(126.154,93)
Outros Valores e Bens (Nota 8)		1.480.930,97	545.709,09
Outros Valores e Bens		1.464.616,00	-
Despesas Antecipadas		16.314,97	545.709,09
Não Circulante		87.802.598,45	72.371.472,93
Realizável a Longo Prazo		79.399.157,01	66.077.533,50
Títulos e Valores Mobiliários		9.988.588,71	7.136.380,27
Carteira Própria		8.102.417,98	7.136.380,27
Vinculados à Prestação de Garantias		1.886.170,73	-
Operações de Crédito		69.186.390,33	58.710.119,43
Operações de Crédito - Setor Privado		72.532.966,07	58.710.119,43
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.346.575,74)	-
Outros Créditos		224.177,97	231.033,80
Diversos		224.177,97	231.033,80
Investimentos (Nota 9)		4.790.963,15	4.080.678,22
Ações e Cotas		4.790.963,15	4.080.678,22
Imobilizado (Nota 10)		3.612.408,14	2.210.606,96
Outras Imobilizações de Uso		5.606.699,55	3.667.141,52
Imóveis de Uso		207.584,17	199.984,17
(-) Depreciações Acumuladas		(2.201.875,58)	(1.656.518,73)
Intangível		70,15	2.654,25
Softwares		88.859,25	88.859,25
(-) Amortizações Acumuladas		(88.789,10)	(86.205,00)
Total do Ativo		302.103.056,23	248.096.883,49



Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Passivo	
	2017	2016
Circulante	254.300.318,07	208.048.552,96
Depósitos (Nota 11)	212.459.113,04	163.984.151,86
Depósitos à Vista	27.285.536,45	16.996.902,64
Depósitos sob Aviso	48.315,61	43.942,38
Depósitos à Prazo	185.125.260,98	146.943.306,84
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures (Nota 12)	9.723.752,33	-
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio	9.723.752,33	-
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	23.985.433,00	20.707.176,90
Repasse Interfinanceiros	23.984.516,99	20.706.233,58
Relações com Correspondentes	916,01	943,32
Relações Interdependências (Nota 14)	1.878.419,08	7.818.923,18
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.878.419,08	7.818.923,18
Obrigações por Repasses e Empréstimos (Nota 13)	1.052.128,78	11.507.457,89
Obrigações por Repasses no País	-	38.930,85
Obrigações por Empréstimos no País	1.052.128,78	11.468.527,04
Outras Obrigações (Nota 15)	5.201.471,84	4.030.843,13
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.825,16	24.670,60
Sociais e Estatutárias (Nota 15.1)	712.598,21	962.210,93
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2)	359.216,40	482.032,24
Diversas (Nota 15.3)	4.076.832,07	2.561.929,36
Não Circulante	8.228.145,48	9.893.557,50
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	8.228.145,48	8.559.624,84
Repasse Interfinanceiros	8.228.145,48	8.559.624,84
Obrigações por Empréstimos (Nota 13)	-	1.333.932,66
Obrigações por Empréstimos no País	-	1.333.932,66
Patrimônio Líquido	39.574.592,68	30.154.773,03
Capital Social (Nota 17.a)	19.725.721,62	14.538.127,63
Capital	19.725.721,62	14.538.127,63
Reserva de Sobras	17.527.694,56	14.336.076,86
Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 17.e)	2.321.176,50	1.280.568,54
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	302.103.056,23	248.096.883,49

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstração da Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	2º Semestre 2017	12/2017	12/2016
Receitas da Intermediação Financeira	19.706.359,79	40.611.910,56	37.054.506,80
Resultado com operações de crédito	18.182.805,21	35.949.824,06	24.601.952,07
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	1.523.554,58	4.662.086,50	12.452.554,73
Despesas da Intermediação Financeira	(14.796.833,67)	(25.789.856,28)	(24.820.822,12)
Operações de captação no mercado	(7.019.472,31)	(15.047.535,28)	(18.729.482,73)
Operações de empréstimos e repasses	(1.053.089,37)	(2.622.722,47)	(1.917.076,70)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.724.271,99)	(8.119.598,53)	(4.174.262,69)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.909.526,12	14.822.054,28	12.233.684,68
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.831.438,29)	(7.869.660,99)	(7.475.913,31)
Receitas de prestação de serviços	1.612.376,53	3.098.645,90	2.719.970,77
Despesas de pessoal	(4.165.040,67)	(7.742.789,46)	(6.228.561,87)
Outras despesas administrativas	(4.836.379,88)	(8.029.729,97)	(5.254.472,79)
Despesas Tributárias	(101.549,35)	(183.694,92)	(120.689,11)
Outras Receitas Operacionais	5.362.065,36	7.049.079,92	1.925.387,93
Outras Despesas Operacionais	(1.702.910,28)	(2.061.172,46)	(517.548,24)
Resultado operacional	1.078.087,83	6.952.393,29	4.757.771,37
Resultado não operacional	(96.625,34)	(93.840,39)	(26.332,59)
Resultado antes da tributação e da participação na sobra	981.462,49	6.858.552,90	4.731.438,78
Imposto de renda e contribuição social	76.874,67	-	-
Imposto de Renda	40.901,59	-	-
Contribuição Social	35.973,08	-	-
Sobras líquidas (perda)	1.058.337,16	6.858.552,90	4.731.438,78
Juros sobre o capital próprio	(738.070,00)	(1.590.596,35)	(1.737.946,81)
Sobras Líquidas após JCP	320.267,16	5.267.956,55	2.993.491,97

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2015	12.451.035,22	5.820.811,21	6.754.483,89	1.302.386,35	26.328.716,67
MUTAÇÕES EM 2016	2.087.092,41	1.440.639,62	320.142,14	(21.817,81)	3.826.056,36
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	1.302.386,35	-	-	(1.302.386,35)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	327.822,49	-	-	-	327.822,49
Por Devolução (-)	(1.204.795,49)	-	-	-	(1.204.795,49)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.993.491,97	2.993.491,97
Remuneração de Juros ao Capital:					
Subscrição do Juros ao Capital	1.692.592,82	-	-	-	1.692.592,82
IRRF sobre Juros ao Capital	(30.913,76)	-	-	-	(30.913,76)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(420.058,11)	(420.058,11)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	1.440.639,62	320.142,14	(1.760.781,76)	-
F A T E S	-	-	-	(160.071,07)	(160.071,07)
Reversões de Reservas de fundos obrigatórios:					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	627.987,51	627.987,51
SALDO EM 31/12/2016	14.538.127,63	7.261.450,83	7.074.626,03	1.280.568,54	30.154.773,03
MUTAÇÕES EM 2017	5.187.593,99	2.611.323,57	580.294,13	1.040.607,96	9.419.819,65
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	1.280.189,23	-	-	(1.280.189,23)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(379,31)	(379,31)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.178.034,21	-	-	-	3.178.034,21
Por Devolução (-)	(822.594,11)	-	-	-	(822.594,11)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.267.956,55	5.267.956,55
Remuneração de Juros ao Capital:					
Subscrição do Juros ao Capital	1.581.070,34	-	-	-	1.581.070,34
IRRF sobre Juros ao Capital	(29.105,68)	-	-	-	(29.105,68)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(310.691,32)	(310.691,32)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	2.611.323,57	580.294,13	(3.191.617,70)	-
F A T E S	-	-	-	(290.147,06)	(290.147,06)
Reversões de Reservas de fundos obrigatórios:					
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	845.676,03	845.676,03
SALDO EM 31/12/2017	19.725.721,62	9.872.774,40	7.654.920,16	2.321.176,50	39.574.592,68

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais	
	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes:		
Sobras/Perdas do Exercício	6.858.552,90	4.731.438,78
Provisão para Operações de Crédito	1.438.632,46	2.669.323,27
Depreciações e Amortizações	547.940,95	240.979,68
	8.845.126,31	7.641.741,73
Aumento (redução) em ativos operacionais	(50.517.438,04)	(76.212.630,44)
Títulos e Valores Mobiliários	(10.234.895,05)	(23.410.289,72)
Operações de Crédito	(39.593.609,01)	(51.728.409,03)
Outros Créditos	246.287,90	(540.389,58)
Outros Valores e Bens	(935.221,88)	(533.542,11)
Aumento (redução) em passivos operacionais	44.586.353,09	49.664.520,71
Depósitos à Vista	10.288.633,81	3.564.190,17
Depósitos sob Aviso	4.373,23	5.396,84
Depósitos a Prazo	38.181.954,14	35.639.739,53
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	9.723.752,33	-
Outras Obrigações	1.170.628,71	(4.291.674,25)
Relações Interdependências	(5.940.504,10)	7.817.191,39
Relações Interfinanceiras	2.946.776,74	(1.852.979,88)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(11.750.330,92)	8.833.081,30
Obrigações por Repasses no País	(38.930,85)	(50.424,39)
Resultado de Exercícios Futuros		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.914.041,36	(18.906.368,00)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	(710.284,93)	(1.001.156,82)
Imobilizações de Uso	(1.947.158,03)	(998.092,76)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(2.657.442,96)	(1.999.249,58)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento por novos aportes de Capital	4.759.104,55	2.020.415,31
Devolução de Capital à Cooperados	(822.594,11)	(1.204.795,49)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(379,31)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(310.691,32)	(420.058,11)
FATES - Sobras Exercício	(290.147,06)	(160.071,07)
Absorção de Despesas - FATES	845.676,03	627.987,51
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(9.526,01)	(45.353,99)
Subscrição do Juros ao Capital	(1.581.070,34)	(1.692.592,82)
IRRF sobre Juros ao Capital	(29.105,68)	(30.913,76)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	2.561.266,75	(905.382,42)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.817.865,15	(21.811.000,00)
Modificações em Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	33.172.036,72	54.983.036,72
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	35.989.901,87	33.172.036,72
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.817.865,15	(21.811.000,00)

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1996**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **PAPANDUVA – SC, MAFRA - SC, SANTA TEREZINHA - SC, SANTA CECÍLIA - SC, MAJOR VIEIRA - SC, IJUÍ - RS, SANTO ÂNGELO - RS e VITOR MEIRELES - SC.**

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 19/3/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução



CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na



realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões



São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.



Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

3. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	1.883.879,76	1.290.028,29
TOTAL	1.883.879,76	1.290.028,29

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	15.817.396,31	58.966.520,40
Vinculados a Prestação de Garantias	32.634.789,49	8.008.198,15
TOTAL	48.452.185,80	66.974.718,55

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	34.049.194,34	3.067.752,86
TOTAL	34.049.194,34	3.067.752,86

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	71.856,23	-	71.856,23	126.524,26
Empréstimos	94.573.566,48	63.694.628,37	158.268.194,85	121.859.689,04
Títulos Descontados	16.189.136,21	15.938,37	16.205.074,58	12.718.704,41
Financiamentos	2.689.926,22	2.615.823,59	5.305.749,81	4.836.745,59
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	27.946.579,27	6.206.575,74	34.153.155,01	34.868.758,17
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.773.891,47)	(3.346.575,74)	(7.120.467,21)	(5.681.834,75)
TOTAL	137.697.172,94	69.186.390,33	206.883.563,27	168.728.586,72



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	19.036.995,10	-	-	74.655,48	19.111.650,58	-	13.999.973,25	-
A 0,5% Normal	69.192.663,58	100.253,03	2.419.862,86	13.925.409,25	85.638.188,72	(428.190,94)	83.243.637,04	(416.218,19)
B 1% Normal	62.257.580,50	1.700.356,00	2.170.862,91	19.480.751,43	85.609.530,84	(856.095,31)	65.679.449,75	(656.794,50)
B 1% Vencidas	400.488,09	940,74	-	-	401.428,83	(4.014,29)	696.838,29	(6.968,38)
C 3% Normal	9.992.365,02	294.263,50	652.279,22	573.005,77	11.511.913,51	(345.357,41)	2.550.678,15	(76.520,34)
C 3% Vencidas	181.310,07	2.510,30	-	150,46	183.970,83	(5.519,12)	2.095.600,85	(62.868,03)
D 10% Normal	870.403,43	85.923,33	31.283,92	34.069,10	1.021.679,78	(102.167,98)	395.294,91	(39.529,49)
D 10% Vencidas	777.907,13	641,29	-	2.682,62	781.231,04	(78.123,10)	45.431,91	(4.543,19)
E 30% Normal	586.238,02	4.909,41	-	15.446,44	606.593,87	(181.978,16)	459.098,89	(137.729,67)
E 30% Vencidas	220.593,09	290,84	2.172,90	-	223.056,83	(66.917,05)	262.495,20	(78.748,56)
F 50% Normal	330.643,79	191,67	-	25.249,63	356.085,09	(178.042,54)	550.268,98	(275.134,49)
F 50% Vencidas	7.239.317,15	45,27	-	-	7.239.362,42	(3.619.681,21)	783.609,73	(391.804,87)
G 70% Normal	214.241,11	1.500,00	-	-	215.741,11	(151.018,78)	286.936,40	(200.855,48)
G 70% Vencidas	-	788,94	-	-	788,94	(553,23)	89.964,39	(62.975,83)
H 100% Normal	176.458,43	24.469,92	18.361,50	16.078,19	235.368,04	(235.368,04)	179.247,10	(179.247,10)
H 100% Vencidas	845.773,83	5.083,08	10.926,50	5.656,64	867.440,05	(867.440,05)	3.091.896,63	(3.091.896,63)
Total Normal	162.657.568,98	2.211.866,86	5.292.650,41	34.144.665,29	204.306.751,54	(2.478.219,16)	167.344.584,47	(1.982.029,26)
Total Vencidos	9.665.389,36	10.300,46	13.099,40	8.489,72	9.697.278,94	(4.642.248,05)	7.065.837,00	(3.699.805,49)
Total Geral	172.322.958,34	2.222.167,32	5.305.749,81	34.153.155,01	214.004.030,48	(7.120.467,21)	174.410.421,47	(5.681.834,75)
Provisões	(6.641.816,60)	(67.907,76)	(86.444,59)	(324.298,26)	(7.120.467,21)		(5.681.833,98)	
Total Líquido	165.681.141,74	2.154.259,56	5.219.305,22	33.828.856,75	206.883.563,27		168.728.587,49	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositantes/Cheque Especial/Conta Garantida	2.222.167,32	-	-	2.222.167,32
Empréstimos	18.983.689,84	73.439.565,55	63.694.628,37	156.117.883,76
Financiamentos	754.884,01	1.935.042,21	2.615.823,59	5.305.749,81
Títulos Descontados	15.055.096,33	1.134.039,88	15.983,37	16.205.074,58
Financiamentos Rurais	1.437.558,53	26.509.020,74	6.206.575,74	34.153.155,01
TOTAL	21.176.162,58	103.017.668,38	72.532.966,07	214.004.030,48

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	353.740,79	44.752.689,17	3.752.479,41	2.595.995,12	51.454.904,49	24,04%
Sector Privado - Indústria	143.920,29	9.169.602,67	2.230.895,22	-	11.544.418,18	5,39%
Sector Privado - Serviços	1.255.926,41	68.250.358,12	8.082.457,28	1.547.306,78	79.136.048,59	36,98%
Pessoa Física	458.697,07	38.424.614,26	1.994.246,67	30.009.853,11	70.887.411,11	33,12%
Outros	9.882,76	826.369,35	144.996,00	-	981.248,11	0,46%
TOTAL	2.222.167,32	161.423.633,57	16.205.074,58	34.153.155,01	214.004.030,48	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.242.769,13	3.255.787,21
Valor das operações transferidas no período	3.520.238,39	1.503.288,86
Valor das operações recuperadas no período	(2.226.799,77)	(516.306,94)
TOTAL	5.536.207,75	4.242.769,13



7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	1.206.754,72	112.417,25
Rendas a Receber	414.379,94	233.757,40
Diversos (a)	556.769,42	976.128,83
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(1.228.043,43)	(126.154,93)
TOTAL	949.860,65	1.196.148,55

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por depósitos para interposição de recursos fiscais, impostos e contribuições a compensar, títulos e créditos a receber, devedores diversos e adiantamentos e antecipações salariais.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.462.383,00	-
Material em Estoque	2.233,00	-
Despesas Antecipadas (b)	16.314,97	545.709,09
TOTAL	1.480.930,97	545.709,09

(a) Em Bens Não de Uso Próprio, estão registrados valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento e/ou objeto de expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, IPTU e processamento de dados.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	4.633.623,09	3.949.307,50
Participações inst financ controlada coop crédito	157.340,06	131.370,72
TOTAL	4.790.963,15	4.080.678,22



10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	13.589,62	-	
Edificações	207.584,17	199.984,17	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(189.217,99)	(188.552,43)	
Instalações	1.261.131,86	381.418,00	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(158.111,76)	(19.454,24)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.544.205,82	1.059.516,28	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(531.757,80)	(423.447,67)	
Sistema de Comunicação	176.090,82	161.160,97	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.592.376,09	1.247.968,45	10%
Sistema de Segurança	517.267,30	433.339,78	10%
Sistema de Transporte	502.038,04	383.738,04	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.322.788,03)	(1.025.064,39)	
TOTAL	3.612.408,14	2.210.606,96	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após efetiva utilização, quando passarão a ser depreciadas.

A variação do ativo imobilizado refere-se substancialmente a instalação de PA na cidade de Santo Angelo – RS inaugurado em 11/12/2017, reformas e aquisições de imobilizado de uso.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	27.285.536,45	16.996.902,64
Depósito Sob Aviso	48.315,61	43.942,38
Depósito a Prazo	185.125.260,98	146.943.306,84
TOTAL	212.459.113,04	163.984.151,86

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.



Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.373,23)	(5.396,84)
Despesas de Depósitos a Prazo	(14.482.299,37)	(18.481.590,74)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(278.752,67)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(282.110,01)	(242.495,15)
TOTAL	(15.047.535,28)	(18.729.482,73)

12. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

É composto de títulos de renda fixa nominativos, representativos de promessa de pagamento em dinheiro, emitidos com base em lastro de recebíveis originados de negócios relacionados a atividade agropecuária. A remuneração está vinculada a variação do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	9.723.752,33	-
TOTAL	9.723.752,33	-

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	11.158.987,56	12.802.459,70
Recursos do Bancoob	23.415.962,16	30.563.336,45
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(1.310.158,47)	(1.297.478,03)
Relações com Correspondentes	916,01	943,32
Outras Instituições	-	38.930,85
TOTAL	33.265.707,26	42.108.192,29

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Ordens de Pagamento	1.846.917,00	7.816.900,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	31.502,08	2.023,18
TOTAL	1.878.419,08	7.818.923,18

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.825,16	24.670,60
Sociais e Estatutárias	712.598,21	962.210,93
Fiscais e Previdenciárias	359.216,40	482.032,24
Diversas	4.076.832,07	2.561.929,36
TOTAL	5.201.471,84	4.030.843,13



15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	322.659,53	160.071,07
Resultado de Atos com Não Associados (a)	310.691,32	711.949,16
Cotas de Capital a Pagar (b)	79.247,36	90.190,70
TOTAL	712.598,21	962.210,93

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	359.216,40	482.032,24
TOTAL	359.216,40	482.032,24

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	4.795,80
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	689.487,42	513.242,52
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.421.603,44	1.236.613,70
Provisão para Passivos Contingentes (b)	308.277,97	562.751,46
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.448.199,33	-
Credores Diversos - País	209.263,91	244.525,88
TOTAL	4.076.832,07	2.561.929,36

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	224.177,97	224.177,97	231.033,80	231.033,80
Outros	84.100,00	-	64.100,00	-
TOTAL	308.277,97	224.177,97	295.133,80	231.033,80

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos



exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em **31/12/2017**, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Trabalhista	Provável	-	-	29.124,10
Fiscal	Provável	224.177,97	224.177,97	231.033,80
Cível	Provável	20.000,00	20.000,00	-
Cível	Possível	64.100,00	64.100,00	34.975,90
Total		308.277,97	308.277,97	295.133,80

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	1.448.199,33	267.617,66

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.



Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	19.725.721,62	14.538.127,63
Associados	11.908	10.243

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 10%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/3/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$1.280.568,54 (um milhão, duzentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	6.858.552,90	4.731.438,78
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	1.590.596,35	1.737.946,81
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	5.267.956,55	2.993.491,97
04. (+/-) Demais Resultados	845.676,03	627.987,51
(+) Realização do FATES	845.676,03	627.987,51
05. Resultado do Período (3+4)	6.113.632,58	3.621.479,48
(-) FATES Resultado com Não Associados	(310.691,32)	(420.058,11)
(-) FATES	(290.147,06)	(160.071,07)
(-) Reserva Legal	(2.611.323,57)	(1.440.639,62)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(580.294,13)	(320.142,14)
06. Sobras a Disposição da AGO	2.321.176,50	1.280.568,54

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 95% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.



19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	186.559,04	134.101,30
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	2.135.204,10	40.109,99
Reversão de Outras Provisões Operacionais	77.072,51	117.949,87
Atualização de Depósitos Judiciais	21.047,55	26.940,34
Rendas Juros Cartão de Crédito	242.802,49	146.420,44
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	51.399,17	53.251,01
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	22.583,29	4.043,66
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	22.960,56	2.263,46
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	123.992,78	85.170,17
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	68.208,95	39.172,14
Receita Volume Financeiro - Rede	72,12	298,40
Dividendos	19.783,38	14.057,03
Outras Rendas Operacionais	372.503,23	573.736,87
TOTAL	3.344.189,17	1.237.514,68

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	284.040,81	255.264,12
Rendas de Empréstimos	27.836.481,80	17.746.184,17
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.520.801,75	2.983.344,86
Rendas de Financiamentos	1.073.480,09	1.071.880,89
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	68.938,68	59.175,86
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	160.516,12	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	666.294,29	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	277.822,62	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	36.266,11	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	17.331,90	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	1.064.085,19	1.961.257,58
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	4.662.086,50	12.452.554,73
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	943.764,70	524.636,28
TOTAL	40.611.910,56	37.054.298,49

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1.511.780,47)	(86.830,84)
Despesas de Recursos do Proagro	(1.906,31)	(6,07)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(83.199,44)	(83.975,40)
Provisão para Passivos Contingentes	(58.940,19)	(26.940,34)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(20.875,23)	(31.288,17)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(8.044,60)	(10.286,47)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(5.428,32)	(6.986,76)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(178.225,14)	(168.806,40)
Outras Despesas Operacionais	(192.772,76)	(103.010,02)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(1.254.486,24)	(5.206,63)
TOTAL	(3.315.658,70)	(523.337,10)

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(15.047.535,28)	(18.729.482,73)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.622.722,47)	(1.917.076,70)
Provisões para Operações de Crédito	(8.119.598,53)	(4.174.262,69)
TOTAL	(25.789.856,28)	(24.820.822,12)

22. Resultado não operacional



Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	11.363,87	-
Outras Receitas não Operacionais	43.518,51	86.552,04
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(2.949,00)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(145.773,77)	(112.884,63)
Resultado Líquido	(93.840,39)	(26.332,59)

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Crédito Rural	258.735,12	1%
Empréstimo	4.574.280,87	3%
Financiamento	28.209,22	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	236.793,79	0,87%	0%
Depósitos a Prazo	770.785,26	0,4%	0,51%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	2,19%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,42%
Crédito Rural (modalidades)	0,07%

As garantias prestadas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	783.820,26
Empréstimos e Financiamentos	15.256.000,00



No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	830.098,82
Encargos Sociais	191.016,89

24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

25.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.



As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN nº 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO**



SC/RS aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO (SICOOB), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das Cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia



As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

Izeo Pitt
Presidente
CPF: 219.821.719-87

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF: 881.435.466-91